

### *O território da política em Machado de Assis*

A crítica percorreu, na apreciação da dimensão política da obra de Machado de Assis, duas vertentes contrárias. Uma destacou apenas “rápidas palavras sobre coisas políticas” Outra, colhendo as observações da ficção e das crônicas, politizou o escritor, candidatando-o, como pessoa, a deputado. Entre os dois extremos, a virtude não está no termo médio, ou, como diria a vítima, no “alvitre intermédio”. Na verdade, como admitir o apoliticismo de um jornalista de uma folha do partido liberal? De outro lado, para quem quer ver, sem a cega visão induzida pela biografia, a política está em toda parte: nos contos, nos romances, nas crônicas, na poesia. Ela só não é identificável nos textos jornalísticos, que, perdidos no anonimato, não chegaram até nós, sepultados no efêmero do Segundo Reinado, com suas paixões e partidarismos.

Machado de Assis não está inocente da arbitrária segregação do território político do espaço poético. Na cerimônia do lançamento da primeira pedra da estátua de José de Alencar, o tema se fixa no centro do texto. Alencar, o intelectual maior de seu tempo, cultivou, como se sabe, a política, na militância parlamentar e na imprensa. O lápis fatídico do imperador cortou-lhe a carreira, na entrada do Senado, o círculo iluminado que o consagraria ao cardinalato político.

Não lembro aqui — diz o orador — as letras políticas, os dias de governo e de tribuna. *Toda essa parte de Alencar fica para a biografia. A glória contenta-se da outra parte.* A política era incompatível com ele, alma solitária. A dis-

ciplina dos partidos e a natural sujeição dos homens às necessidades e interesses comuns não podiam ser aceitas a um espírito que, em outra esfera, dispunha da soberania e da liberdade. Primeiro em Atenas, era-lhe difícil ser segundo ou terceiro em Roma.

A atividade política, a que faz o militante, deputado e ministro, pertence à biografia, que não explica a obra literária. A verdade da afirmação acaba aqui. A política, como reflexão cultural, quer esteja no romance e no conto, integra a personalidade poética do escritor. Integra-a ainda que vazada na crônica e no panfleto. Numa página de surpreendente atualidade, Rousseau escreveu que tudo gira radicalmente dentro da política. O homem, como realidade e como ficção, forma-se na cidade, moldado pelo poder, pelo governo e pela situação na praça pública, no espaço da liberdade ou confinado na tirania. A distinção é, vê-se, enganadora, falsa, vazia. No caso de Machado de Assis, registrado o absenteísmo da atividade da cidadania, como prática, a crônica, que ocupa boa parte de sua produção literária, denuncia e desvenda um roteiro político. Corrija-se, preliminarmente, um equívoco. A crônica machadiana não é um esboço histórico, sequer a miniatura histórica: ela pertence à ficção, à obra poética, um degrau na entrada da casa do imaginário. A tela tem o mesmo estofado da que é composta pelos sonhos, onde não lhe falta o desenho livre da fantasia e das divagações.

Sempre que a política irrompe numa página de Machado de Assis, direta ou indiretamente, traz, ainda que pela via da insidiosa curva, a denúncia do pecado original. Expressa um jogo irresponsável — no sentido que não responde perante outrem — dos perseguidores da glória pública. A outra glória, que está nas letras e na ciência, não basta, porque “calada, de gabinete, en-

tendida de poucos”. A glória política está nas esquinas e no parlamento. É, todavia, inautêntica, postiça, representando a comédia das vaidades. A ambição política “não era a paixão verdadeira do poder, mas um capricho, um desejo de folgar” como a que ardia em Brás Cubas. A alternativa, guardadas as circunstâncias, seria “um Cromwell, um Bonaparte — por isso mesmo que os queima a paixão do poder, lá chegam à viva força ou pela escada da direita, ou pela da esquerda”. No palco assim erguido, a alternativa se põe entre alguma coisa de parecido ao “amor que as mulheres têm às rendas e toucados” e a espada de um Cromwell e um Bonaparte. Ou medalhão, que pode “pertencer a qualquer partido, liberal ou conservador, republicano ou ultramontano, com a cláusula única de não ligar nenhuma idéia especial a esses vocábulos”, ou o despotismo — se é que o último não é paródia do primeiro. A espada de Cromwell ou Bonaparte estava, na constante acusação do tempo, no poder pessoal, que o cronista equipara a uma metáfora. A metáfora está nas dobras de um apólogo. Um lavrador mortifica-se com as limeiras sem vigor de seu pomar. O moço, que nada conhecia do solo e do adubo, “atribuiu o acanhamento das plantas... ao sol; porque o sol, dizia ele, era ardente e requeimava as plantas” Quem estudou melhor a terra, como Joaquim Nabuco, culpava o imperador, não de exercer o poder pessoal, mas de

não servir-se dele para grandes fins nacionais. A acusação que eu faço a esse déspota constitucional, é de não ser ele um déspota civilizador; é de não ter resolução ou vontade de romper as ficções de um parlamentarismo fraudulento, como ele sabe que é o nosso, para procurar o povo nas senzalas ou nos mocambos e visitar a nação no seu leito de paralítica.

Não o déspota que sobe “pela escada da direita, ou pela escada da esquerda”, senão o que governa “sobre um país de escravos”.

Num escrito de 1892, quando a nação era chamada, pela lei, a constituir o governo, o cronista desvenda a mola íntima da estrutura política. A evocação, agora explícita, obedece a um molde repetitivo, encoberto com a sutileza da referência, a sutileza que dá maior eficácia ao golpe. O país lembrava, naquele mês de abril, o centenário do sacrifício de Tiradentes. “O instinto popular, de acordo com o exame da razão, fez da figura do alferes Xavier o principal dos Inconfidentes, e colocou os seus parceiros a meia razão de glória.” Tiradentes, morto, é a alma que preside à fundação da nacionalidade. Se vivo, triunfante o movimento, ele não participaria das instituições, com seus cargos e honras. Qual o papel de um e de outros, tendo em conta o malogro da conjuntura?

Os outros (conjurados) têm ainda um belo papel: formam, em torno de Tiradentes, um coro igual ao das Oceânides diante de Prometeu encadeado. Relede *Ésquilo*, amigo leitor. Escutai a linguagem compassiva das ninfas, escutai os gritos terríveis, quando o grande titão é envolvido na conflagração geral das cousas. Mas, principalmente, ouvi as palavras de Prometeu narrando os seus crimes às ninfas amadas: “Dei o fogo aos homens; esse mestre lhes ensinará todas as artes” Foi o que nos fez Tiradentes.

No mesmo texto, o autor descreve o comportamento dos homens, depois de dotados do direito de cidade, esquecido no desprezo às eleições então realizadas — cem anos depois do martírio.

Daqui ao caso eleitoral é menos que um passo; mas, não entendendo eu de política, ignoro se a ausência de tão grande parte do eleitorado na eleição do dia 20 quer dizer descrença, como afirmam uns, ou abstenção, como outros juram. A descrença é fenômeno alheio à vontade do eleitor: a abstenção é propósito. *Há quem não veja em tudo isto mais de ignorância do poder daquele fogo que Tiradentes legou aos seus patrícios.* O que eu sei, é que fui à minha seção para votar, mas achei a porta fechada e a urna na rua, com os livros e ofícios.

As instituições existem, constituem o Estado, sem base na soberania nacional ou popular. O analfabetismo — 30% de alfabetizados, dos quais realmente 9% lêem — agrava o quadro. “A soberania nacional reside nas Câmaras: as Câmaras são a representação nacional. A opinião pública deste país é o magistrado último, o supremo tribunal dos homens e das cousas.” Mas “a nação não sabe ler” Os cidadãos, na sua grotesca maioria, “votam do mesmo modo que respiram: sem saber por que nem o quê”. “A opinião pública é uma metáfora sem base.” Que é a política, pergunta em 1885? “Quando não se pode obter o que se quer, é necessário que se queira aquilo que se pode”, na resignação inconformada de uma revolução impossível de empreender, ainda que parta do sacrifício de Prometeu. A base é uma ficção, a mentira da soberania nacional, a cúpula é a caricatura de César: entre a base e a cúpula está a chave do mecanismo político, “a oligarquia absoluta dentro da monarquia constitucional”, visível no Senado vitalício. Na página mais rutilante da prosa machadiana, “O velho Senado”, caracteriza-se a serpente e a sua cauda. O imperador escolhe, numa farsa eleitoral, os senadores, os senadores constituem os ministérios, cujas chefias, todas menos duas, são de senadores para “fazer, desfazer e refazer os elementos e

governar com mão de ferro este país”. Lembremos, ainda uma vez, o contemporâneo Joaquim Nabuco:

O fim dos partidos entre nós é explorar o governo, por outra, o tesouro público. Para o conseguir a melhor organização é por certo a atual, desde que quem dá e tira o poder é o chefe do Estado. Os senadores são espíritos essencialmente práticos. Eles viram, e vêem cada vez melhor, que entre nós não existe povo, nem opinião pública, e acreditam que é pura perda de tempo simular uma cousa e outra, e que a sabedoria consiste em conquistar o mais depressa possível as boas graças e a cooperação do único poder de fato. Por isso eles não fazem política senão para o Imperador. [...] Os senadores são os presidentes do conselho possíveis.

O velho Senado recebe de Machado de Assis um retoque, que o desmascara, ao construir o monumento de sua grandeza. Não o fere na sua estrutura, em crítica semelhante a Nabuco, este, na verdade, um pensador político. Ele, numa referência estudadamente sem propósito, parece perguntar: onde arde o fogo “que Tiradentes legou aos seus patrícios”? O pecado original do sistema, imune às águas do batismo poético, emerge numa reminiscência perversa. O Senado está junto à fonte do poder, mas o poder, sem que se abale o edifício, sofre um ou outro sobressalto periódico. “As eleições de 1860, na capital, deram o primeiro golpe na situação: se também deram o último, não sei.” A estátua tem os pés de barro, adverte o cronista.

Elas trouxeram à minha imaginação adolescente uma visão rara e especial do poder das urnas. Não cabe inseri-la aqui; não direi o movimento geral e o calor sincero dos votantes, incitados pelos artigos da imprensa e

pelos discursos de Teófilo Otoni, nem os lances, cenas e brados de tais dias. Não me esqueceu a maior parte deles; ainda guardo a impressão que me deu um obscuro votante que veio ter com Otoni, perto da matriz do Sacramento. Otoni não o conhecia, nem sei se o tornou a ver. Ele chegou-se-lhe e mostrou-lhe um maço de cédu-las que acabava de tirar às escondidas da algibeira de um agente contrário. O riso que acompanhou esta notícia nunca mais se me apagou da memória. No meio das mais ardentes reivindicações deste mundo, alguma vez me despontou ao longe aquela boca sem nome, acaso verídica e honesta em tudo o mais da vida, que ali viera confessar candidamente, e sem outro prêmio pessoal, o fino roubo praticado. Não mofes desta insistência pueril da minha memória; eu a tempo advirto que as mais claras águas podem levar de enxurro alguma palha podre, — se é que é podre, se é que é mesmo palha.

Tudo está dito: seria podre uma palha, ou não teria a consistência da palha a soberania nacional, expressa no riso do eleitor que a nega?

É certo que, também no consistório, haveria o risco da queda das instituições. Ausente a soberania nacional, não se exclua, como provou o 15 de novembro, o permanente sismo que faz tremer o chão monárquico. Fora das horas supremas, há unicamente gesto, como em 1848, como, sobretudo, em 1868, o gesto belo e sem conseqüência.

Uma das vozes duras e vibrantes — em 1868 — foi a de Saldanha Marinho. Escolhido senador pelo Ceará, nessa ocasião, bastava-lhe pouco para entrar no Senado — para esperá-lo, ao menos. [...] O Senado escolhido deitou fora até a esperança. Ergueu-se, e, com poucas palavras, atacou o ministério e a própria coroa; lembrou

1848, a que chamou estelionato, e deixou-se cair com os amigos. O Senado anulou a eleição, e Saldanha Marinho não tornou na lista tríplice. Caiu com os amigos. A ação foi digna e pode dizer-se rara. Para ir ao Senado, não faltavam seges, nem animais seguros. Saldanha ficou a pé.

Em palavras mais duras, mais eloqüentes e menos persuasivas, a verdade estava com Timandro, o protovisconde de Inhomirim: “Houve a usurpação da soberania popular por aquilo, a que a corte designa com diversos nomes — soberania real, direito divino, prerrogativa, legitimidade, poder hereditário. A nova realeza, saída da lavra da nação, ostenta-se superior a ela, ataca-a e a absorve em si” Consumira-se, em um século, o legado de Tiradentes, malgrado esboço, com a tinta de Plutarco, da gravura rota e desbotada de Numa Pompílio, Licurgo e Sólon, o legislador e patriarca de uma nação imaginária, rebelde à realidade, uma nação que poderia ser e não foi.

☞ Raymundo Faoro (1925-2003) foi advogado, jurista, ensaísta, autor de *Os donos do poder* [Editora Globo, 1958] e *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* [Companhia Editora Nacional, 1974]. O ensaio reproduzido aqui foi originalmente publicado em *O velho Senado* [Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1989], volume comemorativo do sesquicentenário do nascimento de Machado de Assis. A revista agradece à família de Raymundo Faoro, em especial a seu filho, André, pela permissão para publicar este ensaio.